



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

A OFENSIVA DA CULTURA CONSERVADORA E NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INCIDÊNCIAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

CRISTIANA COSTA LIMA¹

Resumo: Análise da conformação da cultura conservadora e neoliberal na sociedade brasileira, a partir da continuidade do modelo de desenvolvimento periférico, dependente e subordinado que marca historicamente o país, especialmente no período dos governos Lula e Dilma (2003-2016). Problematisa a influência desse processo no ensino superior e, particularmente, na formação profissional em Serviço Social, a partir da retomada do pensamento conservador na educação brasileira. Articula esses processos com a emergência de movimentos sociais ligados a uma nova direita no Brasil, a partir da derrocada do governo Dilma Rousseff, em especial por meio do Movimento Brasil Livre (MBL).

Palavras-chave: Neoliberalismo; Conservadorismo; Movimento Brasil Livre; Educação superior; Serviço Social.

Abstract: Analysis of the conformation of conservative and neoliberal culture in Brazilian society, based on the continuity of model of peripheral, dependent and subordinate development that historically marks the country, especially in the period of the Lula and Dilma governments (2003-2016). It problematizes the influence of this process in higher education and, particularly, in the professional training in Social Service, starting with the resumption of conservative thinking in Brazilian education. It articulates these processes with the emergence of social movements linked to a new right in Brazil, after the overthrow of the Dilma Rousseff government, especially through the Movimento Brasil Livre (MBL).

Keywords: Neoliberalism; Conservatism; Movimento Brasil Livre; College education; Social Service.

1 INTRODUÇÃO

A retomada da ofensiva conservadora ganha novas configurações que incidem nas diversas dimensões da vida, de modo geral, e, em específico, no Serviço Social, como profissão. Partimos da concepção de que o conservadorismo se configura como cultura, entendida aqui a partir dos estudos de Antônio Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, como *civiltá*. Ou seja, como sociabilidade, modo de vida vinculado a um padrão de produção.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <costalima.cristiana@gmail.com>

O projeto profissional é fruto de determinações sócio-históricas e ideológicas expressas nas correlações de forças existentes entre as classes e os projetos societários dominantes e em disputa na sociedade. Desse modo, há que se destacar a existência de uma multiplicidade de projetos profissionais que estão em disputa e que incidem na profissão nas suas diferentes dimensões: intervenção; organização política da categoria; produção do conhecimento; e formação profissional. No Serviço Social, não será diferente.

Nesse trabalho, articulamos esses dois planos de reflexão que mantêm intrínseca relação entre si e, também, buscaremos discutir como a direita, por meio do Movimento Brasil Livre (MBL), ganha cada vez mais espaço no debate político, desde as jornadas de 2013, expandindo uma agenda conservadora na sociedade.

Dessa fora, partimos do pressuposto de que as reações ao lulopetismo têm como objetivo principal estabelecer uma agenda regressiva na proposição de políticas públicas e de barrar avanços sociais conquistados por diferentes movimentos como o sindical, ambientalistas, de direitos humanos, de mulheres, negros, LGBT's, dentre outros, na atual quadra da disputa ideopolítica em curso no Brasil.

Movimentos articulados a essa agenda da “nova direita” objetivam exatamente dar cimento ideológico e organizacional à ofensiva da cultura conservadora e neoliberal que pretende se enraizar como caminho único e definitivo para a educação superior, deixando na defensiva projetos de formação profissional como o do Serviço Social.

2 A OFENSIVA DA CULTURA NEOLIBERAL NA SOCIEDADE E NO ENSINO SUPERIOR DO SERVIÇO SOCIAL

A implementação tardia do projeto neoliberal no Brasil, ocorrida por conta de um movimento de resistência articulado por organizações sindicais, populares, estudantis, partidárias, no qual os assistentes sociais tiveram participação ativa, não impediu que as reformas neoliberais fossem realizadas

no país. Mas elas só foram possíveis a partir da adesão de setores antes vinculados a um projeto de inspiração socialdemocrata que aderiu ao neoliberalismo, conformando a mais ampla aliança, liderada por Fernando Henrique Cardoso, para evitar a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) e seus aliados ao governo central. Contudo, a resistência dessas forças populares e partidárias às reformas conduzidas pelo tucanato vinculado aos interesses da Avenida Paulista levou a um acúmulo de forças que permitiu a eleição, em 2002, de um operário à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O eixo das políticas dos governos petistas (Luis Inácio Lula da Silva – 2003 a 2010 – e Dilma Rousseff – 2011 a 2016), no entanto, não conduziu ao rompimento com as teses fundamentais do projeto neoliberal. Ao contrário, metamorfoseou-as e inaugurou uma nova fase neoliberal no país, com um verniz social, cujo modelo econômico manteve os pilares do neoliberalismo introduzido nos anos 1990. Sob o lulo-petismo, tivemos a associação de uma burocracia sindical com as elites historicamente dominantes no país, o crescente assistencialismo aos pobres, a euforia do agronegócio (1,5% de latifundiários controladores de 57% das terras), que neutralizou os mínimos avanços no plano da reforma agrária, resultando na expansão das fronteiras da soja, contribuindo fortemente para a devastação da floresta amazônica, e o acúmulo de riquezas nunca antes visto na história deste país por parte de rentistas e do grande capital industrial (KATZ, 2010).

O Brasil manteve-se como laboratório de uma economia capitalista que deixa de ter sua base na economia internacional e passa a ser transnacional, no sentido de que atravessa as diferentes economias nacionais, prejudicando sua coerência e autonomia, e as ultrapassa, ao procurarem emancipar-se dos limites do Estado-nação sem, no entanto, conseguir totalmente (BIHR, 1998). Pautada em um modelo de acumulação de capital especializado no setor primário, promovendo a superexploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, serve aos interesses e ao domínio do capital estrangeiro no campo através das transnacionais do agro e hidronegócio. Um capitalismo dependente, como já corretamente analisado por Florestan Fernandes (1981),

que se concretiza através de sobre-expropriação e de autocracia. Conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além da ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes.

O processo histórico de inserção dos países latino-americanos, como é o caso do Brasil, na estrutura produtiva capitalista mundial, evidencia a relação dependente dos Estados nacionais da região às estratégias dos organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), etc. Sobretudo o BM que “[...] tem a atribuição de um grande intelectual orgânico dos interesses representados pelo G-7, atuando como um 'organizador' das políticas dos países *em desenvolvimento*.” (LEHER, 1998, p. 9, grifo do autor).

No Brasil, durante a ascensão do PT ao governo, esse processo ocorreu com a presença do Estado, sob a ideologia do desenvolvimento, travestida de novo-desenvolvimentismo, que em nada se assemelha ao velho desenvolvimentismo ocorrido nos anos 1930-1980, sustentado no tripé industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo, que se tornou a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países, na constituição de um capitalismo dependente fortemente associado ao capital estrangeiro (GONÇALVES, 2012), no qual o principal elemento de reconfiguração no bloco dominante foi o deslocamento de poder da fração dos grandes proprietários de terra para a burguesia.

O modelo de crescimento adotado durante os governos Lula/Dilma não rompeu com as políticas neoliberais inspiradas no Consenso de Washington. Ao contrário, reproduziu um padrão dependente de desenvolvimento (FERNANDES, 1981) que se replica no padrão dependente da educação superior (FERNANDES, 1975), atualizado sob a estratégia de expansão reservada pela reforma neoliberal no Brasil.

Assim, na análise da educação superior no Brasil, o que temos vivenciado é um verdadeiro abandono, por parte dos setores dominantes locais, da universidade como projeto nacional, mesmo sob forte resistência dos movimentos sociais, a exemplo do ANDES/SN. Firma-se, sob as reformas

neoliberais, o ensino superior privado, que se alastra no Brasil sob as diretrizes educacionais dos organismos internacionais.

Nos anos de neoliberalismo, este processo de expansão do acesso ganha nova racionalidade através de dois mecanismos básicos: a “explosão” do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 34). Conforme dados da pesquisa de Lima (2014), entre 2004 e 2014, o ensino superior privado no Brasil cresceu 42%. De 2.365 instituições de ensino superior, 2.081 são particulares, enquanto 284 são instituições públicas. No entanto, a mercantilização está para além do crescimento das instituições privadas: está presente também no financiamento da pesquisa, nas taxas, na concepção de universidade, no investimento em ensino e pesquisa, etc. Dos 6.739.689 estudantes matriculados no ensino superior, 1.773.315 estão em instituições públicas e os demais 4.966.374 estão matriculados em instituições privadas: 85,3% matriculados em cursos presenciais, enquanto 14,7% em cursos a distância (BRASIL, 2012).

No ensino superior, a cultura neoliberal avança em meio a reformas que, conforme Chauí (2003), transformam a universidade em **organização prestadora de serviços** que:

1) Deixa de ter uma aspiração à universalidade para ser um ente voltado à particularidade, tendo a si mesma como referência, cujos objetivos deslocam-se à competição entre outras de mesmo fim, e se posicionando num dos polos da sociedade, não mais acolhendo a pluralidade de opiniões, pesquisas e projetos conflitantes em seu interior, que marcou a consolidação da universidade (pública) ao longo do século XX;

2) Consolida-se como *universidade operacional*, na qual prevalece a eficácia organizacional, índices de produtividade, pulverização de micro-organizações alheias ao trabalho intelectual e que ocupam docentes e alunos na lógica do aumento de horas/aula, diminuição do tempo dos mestrados e doutorados, avaliação pela quantidade de publicações, relatórios, comissões, congressos, em que o ensino é entendido como mera transmissão de conhecimento e desaparece “[...] a marca essencial da docência: a formação.” (CHAUÍ, 2003, p. 7).

A universidade sucumbe, dessa forma, ao modelo que articula sistema educacional a sistema produtivo, com acentuada e crescente absorção de alunos, via expansão de instituições de ensino privadas, mediante reorganização de currículos que possuem como parâmetro a formação profissional para o mercado de trabalho (competição, eficiência, excelência, meritocracia). Visão típica à cultura neoliberal, que orienta o ensino superior ao espaço do mercado e do pragmatismo e distante de uma formação *omnilateral* e crítica, identificada por Manacorda (2007), na obra de Marx, como aquela que seria a substância da construção de uma sociedade na qual prevalecesse a emancipação humana.

É essa concepção que nutre o debate sobre a formação profissional em Serviço Social. Pauta-se no pressuposto de que o Serviço Social, como profissão, sofre a repercussão dos processos em curso na sociedade, conformados pelas reformas neoliberais, que, indubitavelmente, também levam a uma reconfiguração do processo de formação profissional em Serviço Social.

Assim, compreendemos a concepção de formação profissional como resultante da construção permanente de processos educativos e profissionais, que expressam processos formativos que estão tensionados pelas classes em disputa e que está intrinsecamente ligada a como os homens produzem sua existência. A formação profissional constitui parte de um projeto profissional que se define e redefine no movimento da sociedade.

A cultura neoliberal que se enraíza no Brasil traz consigo o fortalecimento do pensamento da pós-modernidade. Consolida-se via ensino a distância e ensino privado, que abandonam as bases de sustentação que fundam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: o trabalho, como ente fundante do ser social, particularmente na perspectiva da contribuição para emancipação da sociedade.

A atual configuração da cultura sob a qual se dá a formação e o exercício profissional do assistente social requer a delimitação da influência da cultura do conservadorismo e da ideologia pós-moderna no âmbito do Serviço Social. Contudo, é necessário pontuar que o Serviço Social nasce sob a cultura do conservadorismo, como aponta Lopes (2001, p. 33), ao demarcar que a profissionalização do Serviço Social na América Latina é um fenômeno do

século XX, emergindo sob o signo do conservadorismo e da reação pós-Revolução Russa (1917), cujas forças hegemônicas do capitalismo e da Igreja Católica passaram a agir e a se relacionar com as massas para conter a ameaça do comunismo em todo o globo.

Se os séculos XVIII e XIX foram os séculos das revoluções burguesas por toda a Europa, o século XX trouxe ao palco as revoluções lideradas pelo Trabalho no mundo e, especialmente, nos países da América Latina e Caribe, assumindo um caráter de rompimento com a dominação imperialista dos Estados Unidos e com a submissão das massas populares às classes dominantes. A vitória da Revolução Cubana, em 1959, exerceu essa profunda influência nos movimentos e nas lutas sociais. Ela significou um divisor de águas na América Latina e modificou a qualidade da história e da consciência histórica dos sujeitos, influenciando profundamente o Serviço Social que começa a questionar suas bases conservadoras por meio do que ficou conhecido como o Movimento de Reconceituação, que se configura através da crítica e da ação de setores expressivos dos profissionais, que encontraram nos movimentos progressistas e revolucionários da década de 1950 e 1960 condições de propor e avançar na construção de um projeto profissional alternativo de Serviço Social (LOPES, 2001).

Durante as décadas de 1970 e 1980, a partir do aprofundamento de bases teóricas e políticas da profissão, esse processo culminou com o que hoje denominamos de projeto ético-político do Serviço Social. O Serviço Social brasileiro construiu uma história de resistência político-profissional contra a regressão conservadora outrora vigente na profissão. Evidente que tal resistência deu-se num contexto de acúmulo de forças em torno da rearticulação de uma alternativa societal que se firmava no continente e globalmente. Anota-se essa observação porque o conservadorismo sempre esteve presente na sociedade, mas o movimento histórico da sociedade, como produto das classes em luta, refletindo na disputa de projetos de sociedade a serem implementados, o que faz com esse conservadorismo estivesse em maior ou menor evidência.

Se esse foi o contexto dos anos 1980 até 1990, após a queda do muro de Berlim e da experiência real do socialismo, cujo projeto alternativo

enfraqueceu-se. Emergiu fortemente, então, as bases neoliberais para a reorganização da sociedade em geral e da educação, em particular. Nela, a própria concepção de formação profissional. Mesmo após o enfraquecimento do pensamento neoliberal, ao longo dos anos 2000, com a eleição de governantes afinados com um projeto antagônico às bases sustentadoras do neoliberalismo, esse processo não significou um completo recuo em relação às orientações dos organismos internacionais, mas uma reacomodação, pela qual a manutenção do mercantilismo, da ampliação dos setores privados do ensino superior, da concepção aligeirada da formação universitária, combinou-se com a ampliação em menor proporção do ensino superior público, marcadamente dos institutos de formação tecnológica, a exemplo dos IFMA's.

Como bem nos alerta Iasi (2015), “o conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina”. Ele é uma expressão da luta de interesses opostos nos marcos da sociedade capitalista. E, portanto, fruto da luta de classes na sociedade. O conservadorismo é uma corrente de pensamento político que surge na Inglaterra, tendo como seu principal idealizador Edmund Burke, no final do século XVIII, em resposta à Revolução Francesa, em 1789. Constitui-se como um sistema de ideias políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais. Ou seja: antiburguesas.

Cumprida a sua missão progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade e é levada à defesa de seus interesses particulares. É assim que o pensamento conservador passa de instrumento de luta antiburguesa para se converter em fiel defensor da burguesia contra o novo protagonista revolucionário: o proletariado. É nesse contexto histórico, portanto, após 1848, que o conservadorismo antiburguês torna-se um conservadorismo anti-classe trabalhadora. Com o fim do socialismo real, temos o (re)surgimento, com força, principalmente na academia, das ideias pós-modernas.

O avanço do conservadorismo no Brasil ocorre em um contexto de profundas transformações econômicas e políticas em todo o mundo. No Brasil, contraditoriamente, dá-se no período de ascensão do petista Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República – que ascende a partir de condições

históricas propícias para a seu avanço como projeto de constituição de um partido de massas, classista, iniciado nos anos 1980, que “forjou uma cultura petista; uma cultura que expressava para a sociedade um modo de pensar e agir construído sob o impulso das manifestações do ciclo de lutas populares de 1978”. (LOPES, 2016, p. 6). Como destaca Lopes (2016), uma cultura que penetrou entidades de esquerda, intelectualidade, universidade e círculos de cultura na área da música e das artes, apontando a perspectiva de uma alternativa vinculada aos interesses e necessidades históricas da classe trabalhadora.

Ocorre que o PT que ganhou a eleição em 2002 já não era o mesmo da formação inicial, comprometido com a construção da alternativa classista e popular, orientada pelo projeto de emancipação das classes; no poder construiu o que Francisco de Oliveira (2007, p. 56) denominou de “hegemonia às avessas”. O PT no poder central ajustou-se às exigências da nova fase do capitalismo e do mercado; construiu um “freio” ao avanço da organização da esquerda e à organização e avanço das lutas de resistência que mantêm a perspectiva da construção da alternativa classista e popular, orientada pelo projeto de emancipação das classes e da humanidade; essas forças passaram a construir a ruptura com o partido e com o governo. (LOPES, 2016, p. 6).

Entendemos que, ao assumir o governo central, a partir de 2003, o Partido dos Trabalhadores favoreceu o

‘freio’ ao avanço dos movimentos progressistas de organização e autonomia da luta popular e da classe trabalhadora; também como, ao mesmo tempo, em seu movimento em direção ao capital, à burguesia e às práticas burguesas contra a ética que tinha como referência na oposição, o PT contribuiu para a rearticulação das forças reacionárias e de direita no país. (LOPES, 2016, p 07).

Tal movimento, fincado no “imperativo das profundas transformações nas relações sociais no Brasil, com o acirramento da luta de classes e o avanço da reação conservadora e do antipetismo, a partir das eleições de 2014” (LOPES, 2016, p. 02), cujo marco desse embate foi o golpe parlamentar-judiciário-midiático, em 2016, possibilitou, de um lado, a frágil reação popular ao processo do impeachment e, de outro, a ascensão de uma organização com bases sociais do pensamento conservador e das teses

neoliberais, fortemente reivindicada por movimentos que emergiram a partir de 2013, a exemplo do Movimento Brasil Livre, o MBL.

2.1 O MBL como ponta de lança da ofensiva da cultura neoliberal

Nesse contexto, a concepção conservadora, que refluía no início da primeira década dos anos 2000, reorganiza-se, em meados da segunda década desse mesmo período, numa forte contra ofensiva, que trouxe consigo novas organizações sociais, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Escola Sem Partido, como expoentes dessa onda conservadora de viés reacionário.

Ainda há poucos estudos sistemáticos sobre a emergência dos movimentos sociais conservadores no Brasil no contexto do golpe de Estado de 2016. [...].

Vale a pena chamar atenção para [...] dois movimentos: [...] o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Escola Sem Partido. [O MBL] com enorme visibilidade da imprensa, está voltado para organização das manifestações de rua que vêm ocorrendo no país desde 2013; [O Escola sem partido] é um movimento que emergiu por iniciativa de um procurador de Justiça de São Paulo, Miguel Nagib, e que se consolidou como uma espécie de instrumento de batalha e intimidação cultural, visando iniciativas legislativas para promoção da censura sobre conteúdo pedagógico das escolas brasileiras. (SANTANA, 2017, p.10).

O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi desencadeado a partir das manifestações de junho de 2013. Em um primeiro momento, as pautas progressistas ganharam as ruas desencadeadas pelo Movimento Passe Livre, que lutava contra o aumento da tarifa do transporte público. Contudo, a partir de 2015, as mobilizações de rua foram capturadas pela direita, que conseguiu desestabilizar a gestão petista tanto no Congresso Nacional quanto nas bases da sociedade.

Se as manifestações de Junho de 2013 trouxeram às ruas uma multidão reivindicando políticas públicas de transporte, saúde e educação, e consigo seus extremistas inconsequentes – os *Black*

Blocs, o 15 de março de 2015 só teve uma bandeira: a luta contra a corrupção. E nela, também seus extremistas, os dos cartazes pela “Volta à Ditadura Militar”, “Pelo fim do STF”. Junto a essa bandeira, um objetivo descompromissado com a ordem constitucional: o *impeachment* de Dilma. Nada de reforma política do sistema. Nada que colocasse em questão o “rouba, mas faz” [...]

As manifestações de 15 de março foram a resultante do lulo-pragmatismo do PT no governo, pois: (1) o PT perdeu o que já não tinha, a “velha classe média”; (2) o lulismo começou a perder o que quase tinha, a “nova classe média”; (3), em 13 anos de “poder”, o pragmatismo petista conseguiu desarticular a agenda econômica anti-neoliberal sustentada pela esquerda e reorganizar as bases da projeto neoliberal da direita; e (4) o lulo-pragmatismo do governo do PT não enfrentou o monopólio da mídia. E acurado, restou-lhe assistir à Rede Globo reforçar a convocação às manifestações, ao longo de toda sua programação daquele domingo, de 15 de março de 2015 (FERREIRA, 2015, p. 20-22).

Tal movimentação das forças políticas demonstram que, ao contrário do que se possa pensar, temos movimentos sociais tanto à esquerda quanto à direita. Não pertencem a uma só orientação. Expressam o movimento maior das classes fundamentais em luta. A ascensão de movimentos com uma pauta conservadora foi o desaguadouro das insatisfações – legítimas e honestas, assim como também as de cunho golpista e manipuladora da insatisfação popular com o governo federal. Trata-se da disputa pela direção moral e política da sociedade e da hegemonia, que ocorre no âmbito da sociedade civil, rebatendo nas ações do Estado. O que fortalece um polo e enfraquece outro, nos dois lados antagônica da luta social.

Se o PT, e levando consigo todo o campo progressista, mesmo aqueles que fizeram oposição pela esquerda às suas políticas no governo, enfraqueceu-se bastante, o lado sob liderança do PSDB e do PMDB revigorou-se, após quatro derrotas eleitorais. Deu combate constante ao governo, captou o movimento das ruas, articulou-se no parlamento para impingir o *impeachment* ao mandato presidente de Dilma Rousseff. Se em princípio esse fortalecimento desaguou nas forças tradicionais da centro-direita, houve a ascensão de uma espécie de ‘nova direita’, antenada e potencializada – por robôs e estratégias de uso das mídias digitais – pelas redes sociais.

Movimentos como “Vem pra Rua” e “Movimento Brasil Livre” (MBL) foram as expressões mais destacadas desse processo.

O Movimento Brasil Livre é inspirado no movimento *Students For Liberty*, fundado em 2008 na Universidade de Columbia, e que defende o empoderamento de jovens estudantes liberais, com vínculos estreitos com os programas de treinamento de jovens lideranças do Atlas Network. Em fevereiro de 2017, o site da organização homólogo brasileira, *Estudantes pela Liberdade*, trazia informações de que até então havia 3463 pessoas treinadas, 298 universidades, 235 grupos já criados, 27 projetos financiados em cinco anos. Com um levantamento sumário da agenda programática dessas organizações é possível constatar o esteio que organiza ideologicamente a agenda de reformas proposta pelo governo Temer. (SANTANA, 2017, p.10).

Devemos compreender este movimento liberal-conservador como um processo que teria se iniciado e que vem crescendo desde o segundo mandato do governo Lula (2006). O surgimento do MBL faz parte de uma corrente contra hegemônica em busca da criação de uma nova narrativa contra as ideias de centro-esquerda que prevaleceram no Brasil nos anos 2000. Suas lideranças, inclusive, conseguiram alcançar *status* de representação parlamentar oficial, a exemplo de Fernando Holiday, vereador eleito pelo MBL em São Paulo, filiado ao partido Democratas (DEM). Partido este que vem mudando de nome desde o fim da Ditadura Militar, mas mantendo as mesmas lideranças políticas e tênues alterações programáticas em seu projeto; até 1985, denominando-se como Arena (Aliança Renovadora Nacional); com a instituição do pluripartidarismo, a partir dos anos 1980, PDS (Partido Democrático Social); no anos 1990, PFL (Partido da Frente Liberal). Em todos os períodos, sustentação de velhas oligarquias regionais do país, a exemplo dos Sarneys (no Maranhão), Magalhães (Bahia), Bornhausen (Santa Catarina), dentre outras.

A “nova direita”, com organizações como o Movimento Brasil Livre, para além da disputa da hegemonia neoliberal, mobiliza suas ações entorno do pensamento e discurso conservador. As características discursivas da nova direita são as pautas ligadas ao punitivismo, rejeição às políticas públicas de mobilidade social, contra políticas de minorias, à favor da “escola sem partido”, etc. Discursos que orbitam e se encontram no antipetismo, que é o que dá coerência e identidade coletiva a esse movimento (GALLEGO, ORTELLADO, MORETTO, 2017). Como movimento social, o MBL não foge muito às

características que se tem dado aos campos da direita e da esquerda na região da América Latina, as quais:

[...] a velha direita latina pode ser enquadrada em três *statements*: i) ligação com as direitas militares; ii) defesa radical da não intervenção do Estado na economia; iii) defesa da moral cívica e da família tradicional. A nova direita, que surge como resposta dupla à velha e à ascensão da esquerda também em três: i) liberalismo econômico, com intervenção limitada do Estado na economia para garantir igualdade de oportunidades; ii) defesa da democracia; iii) defesa radical dos valores da família tradicional. (CODATO, BOLOGNESI, ROEDER, SANTANA, p. 127).

O MBL, neste fim de segunda década dos anos 2000, funciona para os setores de direita como o foi o MST em meados dos anos 1990 para o campo da esquerda. Movimentos de bandeiras que facilmente se universalizaram na sociedade, ganhando ampla adesão e simpatia para além de seus membros orgânicos. O primeiro com a bandeira do combate à corrupção, o segundo, com a defesa da reforma agrária, evidente, guardadas as devidas proporções, origem e forma de financiamento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que temos no Brasil contemporaneamente é um forte embate entre projetos antagônicos de sociedade e concepções distintas de educação, formação profissional em Serviço Social e de articulações dos movimentos sociais em luta. A atualidade evidencia uma forte retomada do projeto conservador, articulado às ideias neoliberais que trazem consigo uma proposta de educação superior acrítica, moldada aos interesses do capital, cada vez mais “técnica”, aligeirada, com pouca formação humanista, filosófica e de restrita visão política.

O movimento da sociedade, com essa ofensiva conservadora, expõe à arena pública a atuação de organizações de uma “nova” direita, com proposições que retomam um embate não só às ideias oriundas no campo da esquerda, como a qualquer ideia que propugne avanços no plano da

emancipação humana. Não por acaso, o financiamento, incentivo e projeção, por entidades empresariais, partidos de direita e grande mídia corporativa, dessas organizações, como o MBL, dentre outros, são ações articuladas no propósito de espraiar essa concepção por toda a sociedade.

O Serviço Social, evidente, não está à parte desse processo. É impactado diretamente por ele, visto ser uma profissão que, originariamente criada por essas ideias conservadoras do início da hegemonia capitalista industrial, sobretudo, torna-se uma espécie de filtro desses movimentos, sofrendo também influência em seu processo organizativo, formativo e acadêmico. O desafio será manter o seu projeto ético político e configurar novas bases de enfrentamento e intervenção nessa realidade.

REFERÊNCIAS

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Censo da Educação Superior 2012**. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, p. 5-15, set./out./nov./dez 2003.

CODATO, Adriano. BOLOGNESI, Bruno. ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: _____. **Direita, volver!: um retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283506094_A_nova_direita_brasileira_uma_analise_da_dinamica_partidaria_e_eleitoral_do_campo_conservador_The_new_Brazilian_right_an_analysis_of_the_electoral_dynamics_of_the_conservative_wing>. Acesso em 29 jun. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

FERREIRA, Franklin Douglas. As manifestações populares (junho de 2013 e março de 2015) e o debate sobre as políticas públicas de transporte em São Luís: a emergência da tarifa zero como alternativa. In: JORNADA

INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7, 2015, São Luís. **Anais...** São Luiz, 2015. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/as-manifestacoes-populares--junho-de-2013-e-marco-de-2015--e-o-debate-sobre-as-politicas-publicas-de-transporte-em-sao-luis.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

GALLEGO, Esther Solano. ORTELLADO, Pablo. MORETTO, Márcio. “Guerras culturais” e “populismo antipetista” nas ruas de 2017. In: STIFTUNG, Friedrich Ebert. **Notas nº 10/2017**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13540.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. IASI, M. L. De onde vem o conservadorismo. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

KARTZ, Claudio. Socialismo ou Novo-desenvolvimentismo? In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosa, 2010. p. 57-80.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio” da pobreza. 1998. 297 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LIMA, Cristiana Costa. **A formação profissional em Serviço Social nos países amazônicos da América Latina sob o neoliberalismo**: tendências no movimento de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Colômbia Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Rio Grande do Sol, v. 15, n. 1, 2009.

LOPES, Josefa Batista. **O Serviço Social na América Latina**: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **A construção de alternativas no Brasil na atual fase do capitalismo**: o movimento social das classes, desde a ascensão do PT ao governo da República, e a incidência no Serviço Social. Projeto de Pesquisa. 2016.

MANACORDA, Mario Alighieri. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SANTANA, Carlos Henrique Vieira. A Geopolítica do Golpe e suas Consequências. **Revista Ponto de Vista**, Rio de Janeiro, n. 2, fev. 2017.